



Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM

Proposta de atuação para análise e debate

Institucionalizada em 1995, quando passou a figurar na relação de colegiados permanentes da Câmara dos Deputados, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias tem neste ano o desafio de obter ambiente político para o seu regular funcionamento.

Além disso, precisa estabelecer uma atuação célere e eficaz em razão da realização de eleições gerais e da Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014, que interferem no seu calendário de atividades.

É por isso que a presidência da CDHM apresenta, em tópicos, uma proposta a ser debatida com os parlamentares que integram o colegiado, com os movimentos sociais e com os agentes políticos que defendem a temática. O texto está aberto, e pode ser complementado ou modificado.

Sugestão de temas prioritários

Buscando um direcionamento para as ações e a assertividade nos resultados, registram-se a seguir alguns temas a serem tratados como prioritários:

Tema principal	Assuntos relacionados*
MULHERES	Plano Nacional de Política para as Mulheres – PNPM Participação política Igualdade de condições de trabalho e de remuneração Promoção e difusão do conhecimento e do ensino Prevenção e repressão à violência doméstica e familiar contra mulheres Respeito às características e necessidades das mulheres do campo, ribeirinhas, quilombolas, indígenas Regulamentação do trabalho doméstico Direitos sexuais e reprodutivos Gravidez na adolescência



	<p>Prisão e a maternidade</p> <p>Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM</p> <p>Prevenção e tratamento ao câncer</p> <p>Exploração sexual e tráfico de mulheres</p> <p>Independência econômica</p>
<p>SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO</p>	<p>Fome, miséria e desnutrição</p> <p>Desperdício de alimentos</p> <p>Formas de viabilização ao justo acesso a terra</p> <p>Deficit alimentar</p> <p>Defensivos agrícolas, repercussão na saúde humana e equilíbrio ambiental</p> <p>Fixação do jovem no campo</p> <p>Cooperativismo, associativismo e outras formas de organização da produção</p> <p>Fomento à agricultura familiar</p> <p>Respeito às características da produção por indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais</p> <p>Ano Internacional da Agricultura Familiar - 2014 (ONU)</p>
<p>DIVERSIDADE E COMBATE AO PRECONCEITO, À VIOLÊNCIA E À INTOLERÂNCIA</p>	<p>Violência doméstica e familiar motivada por preconceito</p> <p>Indiferença</p> <p>Homofobia, lesbiofobia e transfobia</p> <p>Preconceito em ambiente escolar</p> <p>Laicidade do Estado</p> <p>Ações afirmativas</p> <p>Estrutura curricular do sistema de ensino que contemple a pluralidade e a diversidade</p> <p>Multiplicidade de religiões</p> <p>Igualdade de condições de trabalho e salário – negros, indígenas, mulheres</p> <p>Políticas para pessoas com deficiência</p> <p>Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios</p> <p>Empoderamento dos moradores de favelas</p> <p>Tráfico de pessoas</p> <p>Combate ao racismo</p> <p>Violência do Estado</p> <p>Sistema prisional</p> <p>Direito de indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais</p> <p>Imigrantes e estrangeiros</p>



MANIFESTAÇÕES POPULARES E GRANDES EVENTOS	Direito constitucional à livre manifestação e organização Vedação ao anonimato e identificação de manifestantes que façam uso de máscara Segurança ao exercício das atividades da imprensa Projeto de Lei do Executivo sobre manifestações de rua e crimes de desordem Atuação policial
COMISSÃO PARLAMENTAR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA	Direito à Memória, Verdade e Justiça Integração com a) Comissão Nacional da Verdade, b) Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos Políticos – SDH, c) Comissão de Anistia – MJ, e c) outras Comissões da Verdade

**rol exemplificativo, sem pretensão de exaurir o tema*

Outro tema diz respeito ao debate sobre o papel da família, “compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”¹, no combate à intolerância e à violência. É um assunto complexo que precisa ser avaliado no sentido de contribuir para as ações de respeito aos direitos humanos.

A execução das medidas pode ser feita por meio do Plenário da CDHM, ou também por intermédio de subcomissões.

Por disposição regimental, podem ser instituídas três subcomissões permanentes, e igual número de subcomissões especiais. Esses instrumentos permitem a apreciação de “parte das matérias do respectivo campo temático ou área de atuação” (permanentes) e o desempenho de “atividades específicas ou o trato de assuntos definidos no respectivo ato de criação” (especiais)².

Calendário de audiências públicas e outros eventos

Para os eventos, apresenta-se um calendário a ser complementado. A princípio, e considerando-se a dinâmica desta sessão legislativa, apenas consta referência até o mês de junho.

¹ Art. 5º, II, da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)

² Art. 29, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados



Data	Proposta
Março	
19.3.2014	Audiência Pública com movimentos sociais e agentes públicos
26.3.2014	
Abril	
1.2.2014	Ato público de reinstalação da Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça
2.4.2014	
9.4.2014	
16.4.2014	
23.4.2014	
30.4.2014	
Maiο	
7.5.2014	
14.5.2014	
21.5.2014	
28.5.2014	
Junho	
4.6.2014	
11.6.2014	
18.6.2014	
25.6.2014	

Proposições em apreciação

Considerando-se a nova composição do colegiado, torna-se necessário indicar relator às matérias que estavam com parlamentares que hoje não mais são membros da CDHM, bem como àquelas que foram apresentadas neste ano. A medida será adotada nos próximos dias.

Tipo	Número	Autor	Ementa	Situação
PL	7087/2014	Iriny Lopes PT/ES	Torna obrigatória a inserção de cláusula protetora de direitos humanos em contratos de financiamentos concedidos pelas	Aguardando designação de relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

			instituições financeiras controladas pela União	
PL	7086/2014	Iriny Lopes PT/ES	Dispõe sobre normas de equidade de gênero e raça, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público.	Aguardando designação de relator
PL	7085/2014	Iriny Lopes PT/ES	Dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências	Aguardando designação de relator
PDC	1292/2013	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Aprova o Texto da Decisão CMC nº 12/10, aprovada durante a XXXIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em San Juan, em 2 de agosto de 2012, que estabelece a Estrutura do Instituto de Política de Direitos Humanos (IPPDH)	Designado relator, Dep. Henrique Afonso, em 24.10.2013.
PDC	1260/2013	Luis Carlos Heinze PP/RS	Susta a Portaria nº 498, de 25 de abril de 2011, do Ministro de Estado da Justiça. <i>*A norma declara de posse permanente do grupo indígena Kaingang a Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, localizada nos municípios de Cacique Doble e Sananduva, no estado do Rio Grande do Sul</i>	Designado relator, Dep. Henrique Afonso, em 16.12.2013.
PFC	149/2013	Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Fiscalização de órgãos da administração direta e indireta da União responsáveis por atender a população atingida por contaminação por chumbo e outros metais pesados, por promover a recuperação ambiental das áreas degradadas, e por responsabilizar as empresas vinculadas à Sociedade Mineira e Metalúrgica de Peñarroya e suas sucessoras pelo passivo socioambiental deixado no Brasil	Apresentado parecer do relator, Dep. Roberto de Lucena (PV/SP), em 17.12.2013
PL	276/2011 e apensados	Duarte Nogueira PSDB/SP	Altera o art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que "Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência - ABIN, e dá outras providências", para criar a Controladoria das Atividades de Inteligência	Designado relator, Dep. Severino Ninho, em 30.4.2013 <u>Parlamentar deixou de ser membro da Comissão</u>
PL	6500/2013	Chico Alencar PSOL/RJ	Dispõe sobre a aplicação do princípio da não violência e garantia dos direitos humanos no contexto de manifestações e eventos públicos, bem como na execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse	Designado relator, Dep. Henrique Afonso, em 27.11.2013.
PL	5954/2013	Senado Federal	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), para dispor sobre a avaliação na educação indígena	Apresentado parecer do relator, Dep. Roberto de Lucena, em 3.12.2013
PDC	712/2013 e apensados	Alceu Moreira PMDB/RS e outro	Susta a Portaria nº 2.222, de 21 de setembro de 2012, do Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, que declara de posse permanente do grupo indígena Guarani Chiripá e Mbya a Terra Indígena Mato Preto,	Apresentado parecer do relator, Dep. Henrique Afonso, em 13.11.2013



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

			localizada nos municípios de Erebangó, Erechim e Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul	
PL	4720/2012	Antônio Roberto PV/MG	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a desoneração em vinte por cento da contribuição previdenciária patronal da folha de pagamento da empresa que mantiver, no mínimo, dez por cento de negros em seus quadros	Apresentado e lido parecer do relator, Dep. Carlos Alberto, em 7.8.2013
PL	4620/2012	Amauri Teixeira PT/BA e outros	Altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural as comunidades quilombolas, ribeirinhas e quebradoras de coco babaçu, atingidos por barragens e assentados da reforma agrária	Designado relator, Dep. Lourival Mendes, em 30.4.2013 <u>Parlamentar deixou de ser membro da Comissão</u>
PL	3452/2012	Vicentinho PT/SP	Regulamenta o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, que dispõe sobre o reconhecimento e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos	Designado relator, Dep. Otoniel Lima, em 10.4.2013
PL	3190/2012	Walter Feldman PSDB/SP	Altera o art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir como crime a conduta de negar a ocorrência do genocídio praticado contra o povo armênio entre os anos de 1915 a 1917, cominando a pena aplicável	Designado relator, Dep. Roberto de Lucena, em 14.5.2013
PL	1408/2011 e apensados	Padre Ton PT/RO	Altera os arts. 3º, 24, 26 e 36, da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que institui nos currículos escolares do ensino fundamental, conhecimento sobre a língua, usos, costumes e a cultura dos povos e comunidades tradicionais e minorias étnicas formadores dos povos brasileiro	Designado relator, Dep. Pastor Eurico, em 2.10.2013 <u>Parlamentar deixou de ser membro da Comissão</u>
PL	1836/2011	Valdir Colatto PMDB/SC	Regulamenta o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, que reconhece aos remanescentes das comunidades de quilombos a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando	Designado relator, Dep. Henrique Afonso, em 11.6.2013
PL	107/1999 e apensados	Maria Elvira PMDB/MG	Altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal	Designado relator, Dep. Dr. Grilo, em 30.4.2013 <u>Parlamentar deixou de ser membro da Comissão</u>
PL	844/2011	Arthur Oliveira Maia PMDB/BA	Dá nova redação aos art. 33, 34 e 35 da Lei nº 9.474, de 1997, que "Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências."	Designado relator, Dep. Luiz Couto, em 25.4.2012
PL	320/2011	Walter Tosta - PMN/MG.	Dispõe sobre a acessibilidade e eliminação de barreiras em comunidades quilombolas	Designado relator, Dep. Simplício Araújo, em 10.4.2013 <u>Parlamentar deixou de ser membro da</u>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

				<u>Comissão</u>
PDC	2393/2010 e apensados	Luiz Carlos Haully PSDB/PR	Susta o decreto que "Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, e dá outras providências."	Apresentado parecer da relatora, Dep. Antônia Lúcia, em 9.8.2013
PL	7447/2010	Luiz Alberto PT/BA	Estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais	Designado relator, Dep. Severino Ninho, em 10.9.2013 <u>Parlamentar deixou de ser membro da Comissão</u>
PL	7382/2010	Eduardo Cunha PMDB/RJ	Penaliza a discriminação contra heterossexuais e determina que as medidas e políticas públicas antidiscriminatórias atentem para essa possibilidade	Designado relator, Dep. João Campos, em 14.5.2013 <u>Parlamentar deixou de ser membro da Comissão</u>
PL	2024/2007	Henrique Afonso PT/AC e outro	Acresce o art. 20-A à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e revoga o art. 208 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal <i>*Revoga artigo do Código Penal, que tipifica o crime de escarnecer de alguém por motivo de religião, impedir ou perturbar cerimônia religiosa e vilipendiar objeto de culto religioso, transferindo-o para a Lei Anti-Racismo</i>	Designado relator, Dep. João Campos, em 15.8.2013 <u>Parlamentar deixou de ser membro da Comissão</u>
PLP	354/2006	Jair Bolsonaro PP/RJ	Dá nova redação ao art. 1º e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, que disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal <i>*Garante 50% (cinquenta por cento) das vagas para Deputados Federais às populações negras e pardas</i>	Aguardando designação de relator
PL	1866/1999	Luis Salomão PDT/RJ	Dispõe sobre medidas de ação compensatória para a implementação do princípio da isonomia social do negro	Designado relator, Dep. Dr. Grilo, em 11.7.2013 <u>Parlamentar deixou de ser membro da Comissão</u>
PL	4715/1994	Poder Executivo	Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos e dá outras providências	Designado relator, Dep. Arnaldo Jordy, em 28.11.2013



Considerações Finais

Estes são os pontos que se considera de maior relevância neste momento, esperando-se grande contribuição de parlamentares, da sociedade civil organizada, e de agentes públicos que atuam na área.

As sugestões podem ser enviadas por escrito à CDHM, e também serão coletadas na audiência pública a ser realizada em 19.3.2014 com a ampla participação popular.

Dep. Assis do Couto

Presidente

Dep. Nilmário Miranda

1º Vice-presidente